



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Hugo Daniel Pereira Rodrigues

Preservação do Sentido Identitário na Condição de Sem-Abrigo

Dissertação de mestrado em
Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona
do Porto no dia 07/12/2018, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^ª. Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

Arguente: Prof^º. Doutora Maria José Pereira Ferreira

Orientadora: Prof^ª. Doutora Joana Maria Barreto Ramos De Almeida
Cabral

Dezembro 2018

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

“You need Power, only when you want to do something harmful, otherwise Love is enough to get everything done.”

- Charlie Chaplin

A presente investigação é o culminar de uma etapa importante do percurso académico que exigiu tempo, esforço e dedicação. Para tal foi necessária, e muito bem-vinda, a energia e o saber dos que me acompanharam ao longo deste processo. À professora doutora Joana Cabral por todo o conhecimento transmitido. À professora doutora Carla Antunes pela disponibilidade e prontidão em esclarecer dúvidas que foram surgindo. Aos meus colegas por toda a entreaajuda e a motivação transmitida. Aos meus amigos pelas palavras certas nos momentos mais críticos, foram a barra extra de energia que precisei. À Manuela pelo apoio e por nunca deixar que duvidasse de mim próprio. Aos meus pais por estarem sempre do meu lado. Em especial à Marta, por ter iluminado o meu caminho durante toda esta longa caminhada académica.

Resumo

As pessoas em condição de sem-abrigo são continuamente confrontadas com o problema da construção da sua identidade pessoal que é influenciada pelo modo estereotipado e estigmatizado em que se inserem na hierarquia social. O presente estudo pretendeu explorar as narrativas de indivíduos nesta condição, na tentativa de melhor compreender o seu funcionamento psicológico e que tipo de estratégias intrapsíquicas são utilizadas para fazer frente a esse confronto identitário. A amostra foi constituída por 13 sujeitos que estão ou já estiveram em condição de sem-abrigo. Foi realizada uma entrevista semiestruturada a cada um dos participantes, tendo um guião adaptado da entrevista de McAdams (1995), *The Life Story Interview*, no entanto focando dimensões consideradas importantes para a identidade. Para a análise e tratamento dos dados utilizou-se o software NVivo 10 e posteriormente a análise temática. Os resultados do estudo confirmam o que é referido na literatura, os indivíduos na situação de sem-abrigo podem assumir diferentes posições face à sua condição, podendo incorporar a identidade social de sem-abrigo ou por outro lado distanciar-se dela. No entanto esta questão não deve ser vista de forma linear, visto que em função de determinadas circunstâncias os sujeitos podem utilizar estratégias diferentes e até contraditórias. Com esta investigação foi possível perceber que um mesmo indivíduo pode adotar diferentes estratégias de preservação do seu sentido identitário, que à luz de uma perspetiva psicodinâmica podem passar por mecanismos de (des)identificação, projeção, introjeção e negação.

Palavras-chave: condição de sem-abrigo; identidade; self; estratégias de preservação identitária;

Abstract

Homeless people are continually confronted with the problem of building their personal identity that is influenced by the stereotyped and stigmatized way in which they are embedded in the social hierarchy. The present study aimed to explore the narratives of individuals in this condition, in an attempt to better understand their psychological functioning and what kind of intrapsychic strategies are used to deal with this identity confrontation. The sample consisted of 13 participants who were or were already homeless. A semi-structured interview was conducted with each participant, with a script adapted from the McAdams interview (1995), *The Life Story Interview*, but focusing on dimensions considered important for identity. For the analysis and treatment of the data the NVivo 10 software was used and later the thematic analysis. The results of the study confirm what is mentioned in the literature, individuals in the homeless situation may assume different positions in relation to their condition, being able to incorporate the homeless social identity or otherwise distance themselves from it. However, this question should not be viewed in a linear way, since depending on certain circumstances the subjects can use different and even contradictory strategies. With this investigation it was possible to perceive that the same individual can adopt different strategies of preservation of his identity meaning, that in the light of a psychodynamic perspective can go through mechanisms of (dis) identification, projection, introjection and negation.

Keywords: homelessness; identity; self; identity preservation strategies;

Índice

Introdução.....	7
Dados de prevalência a nível nacional.....	9
Representação social e identidade.....	10
Estratégias de <i>coping</i> e de superação.....	12
Preservação do sentido identitário.....	14
Objetivo e questões de investigação.....	15
Método.....	16
Participantes.....	16
Procedimentos.....	18
Instrumentos.....	18
Metodologia de análise.....	19
Resultados.....	19
Discussão.....	28
Considerações finais: limitações, sugestões e contributo.....	31
Referências bibliográficas.....	32
Anexo 1: resultados adicionais.....	35
Anexo 2: Guião da entrevista semiestruturada.....	38

Índice de tabelas

Tabela 1: Caracterização dos participantes.....	17
Tabela 2: Relações interpessoais com a família.....	19
Tabela 3: Relações interpessoais com outros na mesma condição.....	20
Tabela 4: Relações interpessoais com técnicos e voluntários.....	21
Tabela 5: Valoração da realidade na rua.....	21
Tabela 6: Identidade incorporada de sem-abrigo vs. Identidade domiciliada.....	22
Tabela 7: Autoconceito.....	22
Tabela 8: Representação social de sem-abrigo.....	23
Tabela 9: Discriminação.....	25
Tabela 10: Estratégias de preservação do <i>self</i>	26

A condição de sem-abrigo pode ser encarada como uma das consequências extremas de um processo de exclusão social. A exclusão social é um conceito amplo, que remete para sucessivas quebras da relação do indivíduo com a sociedade, culminando em processos de marginalização, que advêm de ruturas com o mercado de trabalho, familiares e afetivas, tendo repercussões na forma como as pessoas se percebem de si mesmas, podendo estas interiorizar sentimentos de incapacidade e/ou desesperança para ultrapassar a situação em que se encontram (Bento & Barreto 2002; Fernandes, 2006). A realidade das pessoas em condição de sem-abrigo é complexa e envolve circunstâncias que ultrapassam os recursos e características individuais, envolvendo dimensões macro e microssistêmicas, que afetam de forma global o indivíduo, tendo consequências ao nível biopsicossocial. Este fenómeno é frequentemente visto, de uma forma redutora, e apenas focada na ausência de alojamento, no entanto está ainda relacionado com formas de marginalização e exclusão social. Uma pessoa em condição de sem-abrigo está destituída do que é essencial para uma vida digna: alimentação adequada, habitação, cuidados de higiene e saúde, acesso a educação, trabalho e “*generosas doses de afeto*” (Quintas, 2010). Esta problemática surge de forma acentuada nos principais centros urbanos, independentemente do nível da riqueza do país, sendo aliás comum nas sociedades com níveis socioeconómicos mais elevados, quando estas são também caracterizadas pela desigualdade social. O número de pessoas a viver nesta condição está a aumentar, o que suscita a preocupação por parte do Estado e de instituições privadas (Jesus & Menezes, 2010). Estes pretendem desenvolver estratégias adequadas para lidar com esta população, sendo que para prevenir este fenómeno, têm de perceber as causas e os fatores que levam a esta trajetória de vida (Jesus & Menezes, 2010).

As pessoas em condição de sem-abrigo são continuamente confrontadas com o problema da construção da sua identidade pessoal que é influenciada pelo modo estereotipado e estigmatizado em que se inserem na hierarquia social (Snow & Anderson, 1987; 1993). O presente estudo tem como objetivo ampliar o conhecimento desta realidade através de uma abordagem qualitativa que recorre a testemunhos das pessoas inseridas neste *universo*. Serão abordadas dimensões individuais relativas à construção identitária e à preservação da mesma, no contexto de rua. Serão ainda tidos em conta os fatores do meio envolvente, idiossincrasias e mecanismos associados à sobrevivência psicológica e à preservação do sentido de *self*.

Ao longo das últimas décadas tem-se verificado um interesse crescente sobre o tema das pessoas em condição de sem-abrigo, sendo identificada uma variabilidade de causas, levando ao consenso por parte dos autores ao considerarem que a etiologia é composta por múltiplos fatores. Alguns estudos têm sugerido que a própria forma de vivenciar esta experiência variam de pessoa para pessoa dada a subjetividade inerente (e.g., Roll, Toro, & Ortola, 1999; Toro, 2007). As políticas sociais e económicas, as instituições públicas e privadas e a própria atuação dos técnicos sociais e da saúde, podem estar diretamente envolvidas na génese e na manutenção desta problemática (Vázquez & Muñoz, 2001; Bento & Barreto, 2002)

Dada a multiplicidade de definições existentes, de uma forma mais ampla, segundo a FEANTSA (*Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-abri*), uma pessoa encontra-se em condição de sem-abrigo, devido a um processo dinâmico que afetou a sua trajetória de vida. Contrariando deste modo a ideia de um fenómeno estático. A FEATSA, apresentou uma tipologia concetual, denominada de ETHOS (*European Typology on Homelessness and Housing Exclusion*), que descreve que uma pessoa em condição de sem-abrigo tem a sua vida afetada em três domínios: não possui uma habitação, ou seja, um espaço onde possa satisfazer as suas necessidades básicas de segurança e conforto (Domínio Físico); não têm privacidade e possibilidade de desfrutar de relações sociais (Domínio Social); não tem título jurídico, ou seja, não possui direitos de propriedade (Domínio Legal) (*European Consensus Conference on Homelessness*, FEANTSA, 2010). De acordo com esta tipologia, as pessoas que se encontram nesta situação são incluídas numa das seguintes quatro categorias, em função das suas circunstâncias específicas: *sem teto* (vive na rua ou pernoita em albergues); *com teto* (e.g., a viver temporariamente em centros de acolhimento); *alojamento inseguro* (e.g. ocupação ilegal casa); *alojamento inadequado* (e.g., a viver em estruturas temporárias ou em espaços não adequados para habitação); (FEANTSA, 2007 como citado por Nogueira & Ferreira, 2007).

Em Portugal, a ENIPSA (Estratégia Nacional de Integração de Pessoas Sem-Abrigo), elaborou o conceito de pessoa sem-abrigo baseando-se na tipologia supracitada com a finalidade de facilitar a operacionalização de medidas de combate a esta problemática. Segundo a ENIPSA considera-se uma pessoa *sem-abrigo* aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem teto (a viver em espaços públicos,

alojamentos temporários de emergência ou em locais precários) e *sem casa*, se permanecer em centros de alojamento temporário. (ENIPSA, 2009-2015).

São variadas as trajetórias que podem culminar nesta situação, no entanto são frequentemente antecedidas por circunstâncias de vida adversas como a institucionalização; fatores individuais (e.g., doenças psiquiátricas, consumos problemáticos; deficiências físicas); vulnerabilidade económica e fatores relacionais (e.g., ruturas familiares) (Bermejo, Vázquez & Vázquez, 1999). A literatura tem também mostrado como os *eventos de vida stressantes* podem estar na origem e manutenção da condição de sem-abrigo (e.g., morte de familiar; perda súbita de emprego). Sendo esta uma condição que deixa os indivíduos particularmente vulneráveis, estes estão sujeitos à ocorrência de (mais) *eventos de vida stressantes*, característicos da vida na rua (e.g., roubos, violência, prisão, dependências). Estas circunstâncias podem originar a rutura dos vínculos familiares e com outras redes de suporte social, podendo precipitar o desenvolvimento de perturbações mentais (e.g., depressão). Estas por sua vez irão dificultar o processo de tentativa de reinserção na sociedade (Vázquez & Muñoz, 2001).

Para Bruto da Costa (1998) este fenómeno de exclusão é a expressão de um conjunto sucessivo de ruturas com vários sistemas sociais básicos. *Sistema social*, diz respeito à ausência relacional nos grupos e comunidades onde o indivíduo está inserido (e.g., família); *económico*, relacionado com os mecanismos geradores de recursos (e.g., trabalho, o sistema de segurança social, os ativos); *Institucional*, relativo aos sistemas prestadores de serviços (e.g., sistema de saúde) e às instituições ligadas aos direitos cívicos e políticos; *territorial*, define-se pelo espaço onde o indivíduo se localiza (e.g., localidade, bairro); *referências simbólicas* é uma dimensão subjetiva, associada à perda da identidade social, afetando dimensões como autoestima, motivação, autoconfiança, entre outros. A interação entre estas falhas nos diversos domínios aumentam a distância entre a pessoa em situação de sem-abrigo e os sistemas, complexificando cada vez mais a sua condição.

Dados de prevalência a nível nacional

O Instituto de Segurança Social I.P., no campo de ação dos CLAS (Centro local de Ação Social) e os NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo), no sentido de caracterizar a população sem-abrigo a nível local e nacional, elaboraram um questionário que foi aplicado em 2009 e 2011, e um posterior em 2014. Do questionário aplicado em 2009, as zonas com maior relevo foram: Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria,

Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal, de onde resultou a identificação de 2133 situações - 63% das quais referentes a Lisboa e Porto. Em 2011, devido ao número reduzido de respostas não foi possível recolher dados confiáveis, ainda assim foram identificadas 904 pessoas em situação de sem-abrigo em 11 concelhos (onde se encontram a funcionar os NPISA). No entanto, no fim de 2013 verificou-se o registo da Segurança Social, em que 4420 processos de situação sem-abrigo estavam ativos. Deste modo concluiu-se que não existiam dados consistentes que permitissem avaliar a evolução do número de pessoas nesta situação, assim como do seu perfil. Segundo o Instituto de Segurança Social I.P., no ano 2016, encontravam-se registados 4003 beneficiários, sendo que os centros distritais com maior prevalência eram: Porto com 1620, Lisboa com 889 e Faro com 335. Os dados recolhidos permitem concluir que, esta população é maioritariamente composta por indivíduos do sexo masculino, solteiros, com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos e o nível de escolaridade entre o 1º e o 2º ciclo. As razões presentes indicadas para esta situação estão na sua maioria relacionadas com o desemprego e as ruturas familiares. A ENIPSA aponta como principais carências destes indivíduos o apoio relacionado com a toxicodependência, com o alcoolismo, com a saúde mental e com a necessidade de ocupação (Instituto da Segurança Social I.P., 2017).

Representação social e identidade

O sentido de identidade nas sociedades contemporâneas é indissociável de recursos e rotinas transversalmente partilhadas pelos membros de uma sociedade, nomeadamente ter uma casa e um trabalho. De acordo com Moore (2007), o conceito simbólico de *casa* é um elemento fortemente relacionado com a identidade, visto que nos remete para a pertença a um passado, sendo uma componente do desenvolvimento pessoal e social e da representação de si que decorre deste. A experiência de *casa* é fonte de estabilidade psicológica, uma vez que além das funções mais básicas associadas a ter um abrigo seguro e um espaço privado, ter uma casa é ainda símbolo de pertencer à sociedade maioritária. Para Bento e Barreto (2002) e Parsel (2012), à noção de lar estão associados significados emocionais, relacionados com estabilidade, previsibilidade, refúgio, controlo, privacidade e segurança, constituindo-se como aspetos fundamentais para a construção identitária. Outro aspeto relevante para o sentido identitário é a experiência de ter um *trabalho*, uma vez que além de garantir um meio de subsistência para uma casa/alojamento e para outras necessidades básicas (e.g. alimentação), este assume-se como um dos principais critérios

para a integração social e como um organizador social, a partir do qual os indivíduos afirmam a sua pertença a uma comunidade, mantendo estáveis os sentidos de autonomia e autoestima, bem como as oportunidades de socialização.

Viver na rua tem geralmente uma conotação pejorativa, sendo que esta tende a transferir-se para o olhar social dirigido às pessoas nesta condição e às suas características negativas. Torna-se assim, pertinente abordar o conceito de *estigma* que, segundo Goffman (1990), consiste numa avaliação depreciativa, com base numa determinada característica mais ou menos objetiva, de um grupo ou pessoa, que é visto como fugindo à norma (e.g. deficiência física; cor da pele; orientação sexual). No entanto, o processo de estigmatização, não se extingue no olhar avaliativo do *outro*, uma vez que o estigma pode ser incorporado pelo próprio e, conseqüentemente, influenciar a forma como este se percebe.

A identidade social, uma das facetas identitárias, decorre das identidades *imputadas* a outros na tentativa de os situar como objetos sociais, através das informações baseadas em vários aspetos, como a aparência e o comportamento, cuja interpretação depende do contexto espacial e temporal; trata-se, por isso, de uma construção social. A identidade pessoal, outra das facetas identitárias, refere-se aos significados atribuídos ao *eu* pelo próprio e ao seu autoconceito. A construção da identidade pessoal é inevitavelmente influenciada pelas identidades sociais associadas a determinados grupos (Snow & Anderson, 1987). De acordo com Gecas (1982 como citado por Snow & Anderson 1987), a identidade é uma visão ampla que a pessoa tem sobre ela mesma como um ser físico, social, espiritual ou moral. A identidade não tem um carácter estático, antes constrói-se num processo em que se vai moldando às mudanças ocorridas no contexto onde o indivíduo se insere. O produto do percurso de vida da pessoa é o alvo da socialização, não sendo conseqüentemente alheia às práticas e representações sociais (Fernandes 2006).

Viver em condição de sem-abrigo, implica um contínuo *confronto* identitário, podendo existir duas formas de manter um sentido de identidade e um autoconceito estável enquanto sem-abrigo: a manutenção de uma identidade *domiciliada*, geralmente acompanhada de esforços para tentar sair daquela condição (e.g. uso de albergues), ou a incorporação da identidade de sem-abrigo, sem que se verifique um empenho continuado na tentativa de alterar esta condição. No entanto, a questão de aceitar a representação social de “sem-abrigo” (principalmente em situações duradouras na rua) embora possa trazer aspetos positivos (e.g. partilha entre pares fortalecendo a autoestima), quanto maior o

envolvimento naquela realidade, mais difícil se tornará o processo de saída (Osborne, 2002). Seguindo a proposta de Snow e Anderson (1993), pode-se diferenciar a condição de sem-abrigo entre longo termo (há mais de 2 anos nessa condição) e de curto termo (há menos de 2 anos nessa condição).

Para Parsell (2010), a identidade pode manifestar-se através da postura e gestos, da linguagem e narrativas, da forma de vestir e do comportamento. O mesmo autor, refere a ideia de “múltiplas identidades” afirmando que de acordo com o contexto são expressados diferentes aspetos do *self*. No que diz respeito às pessoas em condição de sem-abrigo, as oportunidades para a expressão das múltiplas facetas identitárias pode estar dificultada. A título de exemplo, a exibição pública de comportamentos socialmente indesejáveis (e.g. beber vinho na rua) influencia negativamente a percepção das pessoas em geral. No entanto, é de salientar que esta população não tem acesso a um local privado onde esses comportamentos, que podem ser manifestações espontâneas e comuns entre um conjunto diverso de pessoas, passem despercebidos ou não sejam julgados. Esta questão de falta constante de privacidade não permite a manutenção da essência estável do *self*. Como forma de reação às restrições e imposições sociais, pode ser originada uma total inibição ou um extremar de comportamentos socialmente reprováveis.

De acordo com Snow e Anderson (1993), algumas pessoas em condição de sem-abrigo tentam distanciar-se da “identidade típica” que lhes é associada, com o objetivo de reforçar o seu sentido de autorrespeito (e.g. não consumir drogas), uma vez que ao adotarem esse comportamento, estariam a aceitar a identidade social que lhes é imputada. Opções como não usufruir dos serviços de apoio, podem constituir-se como uma forma de preservar o sentido identitário, no entanto socialmente pode ser visto de modo depreciativo, formando a ideia de que as pessoas estão na rua por opção própria (Osborne, 2002).

Estratégias de *coping* e superação

A população sem-abrigo é tida como um grupo que utiliza um conjunto variável de táticas de superação, sendo a sua sobrevivência vista como resultado de determinação e sentido de resiliência (Snow & Anderson, 1987), dentro das quais se podem inserir as estratégias adotadas para a preservação do *self*. De acordo com Breakwell (1986) a manutenção e/ou mudança na identidade ocorre através de processos de assimilação-acomodação e avaliação, que orientam a absorção de novos componentes na estrutura da

identidade para que se adaptem à estrutura previamente existente, ou seja, a identidade é ameaçada quando determinadas dimensões são desafiadas (e.g., autoestima; autoeficácia), como é o caso de um indivíduo em condição de sem-abrigo, situação que implica que novos elementos devem de ser incorporados na identidade. O mesmo autor refere que uma pessoa nessa condição pode adotar três tipos de estratégias de *coping* a fim de manter sentido de self estável: estratégias intrapsíquicas, que ocorrem a nível cognitivo e emocional (e.g., negação; reconstrução da situação ameaçadora devolvendo-lhe novos significados); estratégias interpessoais, que se focam em remover ou evitar aspetos do ambiente social gerador de ameaça (e.g., isolar-se e evitar conflitos com outros que possam colocar em causa a sua presente identidade); e estratégias intergrupo, que envolvem a procura de suporte em pessoas que se encontram em situações idênticas, para evitar o isolamento social (Riggs & Coyle, 2002)

Para Jesus e Menezes (2010) a situação de sem-abrigo, pode constituir-se como uma potencial experiência de promoção de empoderamento psicológico. Numa linha semelhante de raciocínio, a literatura destaca também a importância de se desenvolver um sentido de *street smartsness*, ou seja, através da própria experiência e de observação, aprender onde encontrar recursos básicos, perceber em quem se pode confiar, adaptação às estruturas sociais e à cultura económica da rua (Bender *et al.* 2007; Kidd & Davinson, 2007). Num estudo de Bender e colaboradores (2007), com jovens em condição de sem-abrigo, foi possível concluir que alguns fatores individuais são importantes para sobreviver neste contexto: Estratégias de *coping* relacionadas com competências de resolução de problemas e competências interpessoais (*networking*) são importantes para desenvolver a *sabedoria de rua*, assim como ao desenvolver este sentido as mesmas competências serão melhoradas; *Motivação*, que pode ter como fonte a observação de outros indivíduos que conseguiram sair da rua. Outro aspeto salientado no estudo, o facto de possuir animais de estimação (e.g., cão) como única companhia, constituindo-se como fonte de compromisso, estabilidade e responsabilidade, contribuindo para o seu bem-estar; *Atitude positiva*, focando-se nos aspetos positivos da vida na rua (e.g., liberdade); *Espiritualidade*, acreditar num poder superior é visto como fonte de suporte e esperança.

Outros aspetos importantes evidenciados na vida de rua são: o facto de possuir uma rede de pares, que se constitui como uma fonte de segurança e suporte emocional. As *streets families* são uteis para a partilha de informação de estratégias de subsistência e providenciam sentimentos de camaradagem, o que potencia um sentido de pertença; O

consumo de substâncias encontra-se presente em muitas histórias de indivíduos que estão em condição de sem-abrigo, sendo vistas como uma estratégia de fuga para lidar com emoções negativas, no entanto também podem ser um meio facilitador para a integração nos grupos de pares (Bender *et al.* 2007; Kidd & Davinson, 2007). Posto isto o consumo de drogas pode ser visto como um meio facilitador para a integração nas redes de pares, por outro lado, a sua recusa como forma de preservação do *self*.

Preservação do sentido identitário

As circunstâncias adversas características da vida na rua têm impacto na capacidade para manter um autoconceito positivo e estável. Por este motivo os mecanismos de defesa podem emergir como estratégias para proteger o sentido identitário. De acordo com Vaillant, (1994, como citado por Mounier & Andujo, 2003) o termo *mecanismo de defesa* é usado para descrever os processos inconscientes desencadeados para gerir conflitos intrapsíquicos e emoções em resposta a uma ameaça percebida, de modo a tornar a vivência dos eventos ameaçadores mais tolerável. Através deste processo o equilíbrio psicológico é restaurado e a autoestima é mantida. O propósito dos mecanismos de defesa é preservar a coesão do *self* e a energia do ego, face a conteúdos internos (e.g., pensamentos, memórias e afetos) e/ou externos (circunstâncias ambientais e dinâmicas relacionais) que geram conflito intrapsíquico, seja este entre instâncias id, ego e super-ego ou intra-sistémico, seja nas circunstâncias em que a relação com outros e do mundo ameaça o ego e as representações do *self* (sentido de valor, segurança, integridade). Os mecanismos de defesa são adaptativos e asseguram o funcionamento quotidiano ideal e a proteção face às ameaças ao bem-estar psicológico e à integridade do *self* em situações adversas e de sofrimento, ou seja, correspondem a um conjunto de estratégias e/ou operações psíquicas cujo propósito é a proteção face ao sofrimento excessivo e podem, por isso, ser vistas como estratégias de regulação emocional e de *coping* (McWilliams, 2011).

No presente estudo os mecanismos de defesa foram escolhidos como grelha de leitura da preservação do *self* e do sentido identitário na medida em que se aproximam dos conceitos propostos por outros autores, nomeadamente: a incorporação e a rejeição de determinados comportamentos e condutas. Mais concretamente considera-se que os processos de incorporação referidos na literatura (e.g., Snow & Anderson, 1987;1993) podem corresponder a mecanismos de defesa de identificação ou de introjeção. Já os processos que alguns autores (e.g., Osborne 2002; Osborne, Karlin, Baumann & Nelms

1993) referem como rejeição ou distanciamento de determinados comportamentos e condutas associados à representação social de sem-abrigo, podem entender-se como processos de (des)identificação, projeção e negação. Posto isto, pretende-se explorar quais os mecanismos de defesa mais frequentemente presentes em pessoas em condição de sem-abrigo para que as permita manter um sentido de self preservado e coeso, uma vez que a sua identidade social e autoestima é fortemente ameaçada por pertencerem a um grupo social de baixo estatuto (Farrington & Robinson, 1999).

São esperadas estratégias de preservação do *self* designadamente, (des)identificação, que corresponde ao processo do indivíduo se rever e identificar com características dos objetos relacionais; *negação*, que envolve a recusa da realidade ou de um aspeto concreto, manifesto e incontornável que esteja relacionado com uma realidade externa ou uma característica ou experiência pessoal; *projeção*, que está relacionada com as partes malignas do self e as experiências dolorosas que são percebidas como da responsabilidade dos objetos relacionais; *introjeção*, que está relacionada com o indivíduo absorver qualidades inerentes a acontecimentos e objetos externos como parte integrante do self (McWilliams, 2011). A novidade desta investigação decorre precisamente da adoção desta grelha de leitura, visto que da revisão da literatura realizada não foi possível encontrar material que aborde o tema em estudo à luz desta proposta.

Objetivos e questões de investigação

Com esta investigação procura-se responder a um objetivo geral: perceber em que medida a condição de sem-abrigo tem impacto no sentido identitário e que estratégias são desencadeadas para preservação deste sentido. Para a sua concretização formulou-se as seguintes QI's: quais os mecanismos defensivos desencadeados face às representações sociais associadas à condição de sem-abrigo? Em que medida estão associados à congruência identitária?

Método

Participantes

O presente estudo possui uma amostra constituída por treze participantes, sendo que onze são de nacionalidade portuguesa e dois pertencem a uma minoria étnica¹ (P5; P11) e um é do sexo feminino (P10). Foram selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: idade superior a 18; concordar com os termos presentes no consentimento informado; estar ou ter estado em situação de sem-abrigo. Como critérios de exclusão optou-se por: presença de psicopatologia grave, défice cognitivo acentuado ou consumo de substâncias comprometedoras do funcionamento na participação no estudo.

¹ Optou-se por não revelar a nacionalidade dos participantes com o objetivo de salvaguardar a sua privacidade.

Tabela 1: Caraterização dos participantes

Participante	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Situação profissional	Apoios económicos sociais	Situação atual	Duração na rua
1	M	59	Divorciado	6º ano	Desempregado	Sim	Quarto	8 anos
2²	M	50	Casado	4º ano	Desempregado	Sim	Casa própria	2 meses
3	M	53	Solteiro	9º ano	Desempregado	Sim	Quarto	>10 anos
4	M	45	Solteiro	9º ano	Desempregado	Não	Incerto	6 meses
5	M	33	Divorciado	Licenciatura	Desempregado	Não	Incerto	3 anos
6	M	32	Solteiro	12º ano	Empregado	Não	Casa própria	5 meses
7	M	56	Solteiro	6º ano	Desempregado	Sim	Casa abandonada	10 anos
8	M	59	Viúvo	4º ano	Desempregado	Sim	Quarto	2 anos
9	M	47	Solteiro	12º ano	Empregado	Não	Rua	>1 semana
10	F	31	Casada	5º ano	Empregada	Não	Casa própria	> 2 meses
11	M	38	Solteiro	4º ano	Empregado	Não	Casa própria	2 anos
12	M	47	Solteiro	4º ano	Desempregado	Sim	Rua	8 anos
13	M	30	Solteiro	6º ano	Desempregado	Não	Rua	3 meses

² Os participantes 2 e 10 revelaram algum défice cognitivo pelo que podem não ter compreendido na totalidade as questões que lhes foram colocadas.

Procedimentos

A amostra do estudo é constituída por treze participantes (N=13) sendo que para o estudo em questão foram entrevistados os primeiros seis, no entanto os restantes sete são provenientes de entrevistas efetuadas em outros estudos, do mesmo grupo de investigação, realizados previamente com a mesma população onde algumas dimensões abordadas são transversais e por isso consideradas pertinentes para a presente investigação.

O recrutamento dos participantes foi de alguma forma facilitado pelo contacto de proximidade entre o investigador com a população em estudo, tendo em conta que integra um grupo de voluntariado que apoia em contexto de rua pessoas nessa condição. Uma das entrevistas (P3) foi efetuada num centro social de reinserção após ter estabelecido contacto com uma assistente social que providenciou a oportunidade para realizar a entrevista.

Foi explicado a cada um dos participantes os objetivos do estudo, esclarecidas as questões éticas associadas ao mesmo e solicitado o consentimento informado. Foi questionado a cada participante se concordava com a gravação em suporte áudio a entrevista, para que desse modo se pudesse preservar a integridade da informação de cada narrativa. Cada entrevista durou em média uma hora. Para o tratamento e análise das informações, utilizou-se o software NVivo 10, recorrendo à análise temática.

Instrumentos

Em todas as entrevistas foi utilizado um questionário sociodemográfico de modo a recolher indicadores sociais e económicos acerca do indivíduo (e.g., estado civil, habilitações literárias, situação profissional, fonte de rendimento e condições habitacionais); com os treze participantes recorreu-se uma entrevista semiestruturada, adaptada do guião da entrevista de McAdams (1995), *The Life Story Interview*, onde se focaram alguns tópicos do guião (e.g., resumo e fases da história de vida, momentos importantes), assim como dimensões adaptadas à problemática do estudo em questão, foi pedido a cada um dos participantes que relatasse os momentos significativos da sua vida, a perceção que tem da sua realidade e de si mesmo.

As entrevistas foram realizadas oralmente e com a gravação de áudio para posterior transcrição e análise. Utilizou-se um gravador do telemóvel e os auscultadores para a transcrição para suporte informático.

Metodologia de análise

O presente estudo, do ponto de vista epistemológico, adota uma abordagem construtivista e os dados foram analisados recorrendo à análise temática (Braun e Clark, 2006). Adotou-se um procedimento de codificação maioritariamente indutivo em que os temas identificados estão fortemente ligados aos dados, não se procurando ajustar a um quadro de codificação pré-existente. Para o tratamento dos dados, foi utilizado o software NVivo 10 para o processo de organização, codificação e interpretação. Para a validação dos resultados, recorreu-se a um co-codificador na análise do material recolhido. Da análise do acordo entre juízes no processo de categorização, obteve-se um Kappa de Cohen que apresentou o valor 0.91.

Resultados

Após a análise das entrevistas e a partir de uma breve descrição da narrativa autobiográfica dos participantes, foi possível verificar tal como a literatura mostra, que surgem como temas dominantes perdas relacionadas com ruturas e com a morte de outros significativos, historial de dependências com álcool e/ou drogas, assim como outro tipo de acontecimentos negativos que os sujeitos referiram como marcantes na sua vida (Anexo 1), no entanto optou-se por não explorar esses temas considerados centrais para a investigação.

Tabela 2: Relações interpessoais com a família

Subtemas	Fontes	Referências
Experiência positiva	3	6
Experiência negativa	6	12

Relativamente às relações interpessoais com os familiares, três dos entrevistados referiram ter uma experiência positiva. Para o participante 3 a família é um elemento importante e referiu que após a saída da rua, durante processo de reintegração na sociedade, voltou a relacionar-se com alguns dos seus familiares, (P3: “É importante, muito importante... é o nosso sangue, há um elo... mas são eles que é preciso manter... mesmo que partam, emenda-se.”); o participante 6 referiu ao longo da entrevista a ausência de qualquer tipo de suporte social, no entanto mencionou o seu filho quando se abordou o tema “família” (P6: (referindo-se à ex-companheira) “É a pessoa que cuida do meu filho...

e o que ‘tá na nossa vida em 1º lugar vai ser sempre um filho...’); o participante 11 mencionou a importância de estar em permanente contacto com a família, mesmo que à distância, (P11: “Tem um impacto grande porque cada pessoa... não falamos do flagelo da sociedade... falamos de tudo... família é elemento importante e principal!”). Por outro lado, cinco dos entrevistados (P1, P2, P4, P5, P10, P13) fizeram referência a experiências negativas com os familiares (P1: “Sou um indivíduo que tem filhos no estrangeiro que só vêm de ano a ano e nesses anos nunca tive um presente, fazia anos nunca se lembravam de mim...”);

Nas restantes entrevistas não foram identificados conteúdos em relativamente às relações familiares, no entanto a ideia que fica é que não existe qualquer tipo de suporte familiar na grande maioria dos sujeitos.

Tabela 3: Relações interpessoais com outros na mesma condição

Subtemas	Fontes	Referências
Experiência positiva	7	11
Experiência negativa	4	9

Relativamente às relações interpessoais mantidas pelos participantes com pessoas em condições de vida idênticas às suas, foi possível perceber que cinco deles possuem uma experiência positiva (P1, P2, P3, P5, P6, 10, 12), sendo que três desses (P1, P5, P12) veem os “amigos da rua” como a sua principal fonte de suporte, introduzindo uma noção de família, (P5: “Arranjei mais amigos na rua, ou pessoas em condições na rua, do que propriamente pessoas que me conhecem há muitos anos...”), outros dois sujeitos apesar de terem mantido relações positivas com as pessoas que partilhavam a mesma condição, viram essas relações de uma forma mais instrumental, (P5: “Eram vidas diferentes, mano. Entendes? Foram boas companhias... um gajo também não pode ‘tar sozinho, sozinho ficas maluco, mano.”)

Quatro dos entrevistados (P3, P4, P7, P8) manifestaram-se de forma negativa quanto às relações interpessoais mantidas com pessoas na mesma condição (P7: “Se calhar sou mais maltratado entre os sem-abrigo do que em relação com as outras pessoas...”). O participante 3 referiu simultaneamente experiências positivas e negativas.

Tabela 4: Relações interpessoais com técnicos e voluntários

Subtemas	Fontes	Referências
Experiência positiva	7	9
Experiência negativa	5	6

Em relação às relações interpessoais com voluntários, sete participantes referiram experiências positivas, (P1, P2, P3, P5, P6, P11, P12), (P11: todos os sem-abrigo precisa de carinho... as vezes já aconteceu aquele cena em qual uma técnica que apaixonou-se por um sem-abrigo... eu conheço muitos casos... muitos mesmo... (risos) Todos precisamos de um carinho... porque temos uma parte da vida em qual nem sempre são em cima, às vezes há baixas... e naquelas baixas precisamos de uma pessoa...) e três participantes (P5; P6; P7) referiram experiências negativas, sendo que os participantes 5 e 6 manifestaram-se nos dois sentidos (P6: Há pessoas que fazem um voluntariado sem sentido para mim, não digo tinham má fé, mas que não sabem o que estão a fazer lá.).

No que diz respeito à relação com os técnicos dos serviços sociais dois, participantes (P1; P3) manifestaram-se positivamente, tendo em comum o facto de terem visto um acontecimento de natureza relacional como algo que os marcou, (P3: Entretanto em 2004, houve uma senhora frágil, mas muto corajosa, com quem eu tenho um sentimento muito especial por ela, muito carinho, gosto muito dela, que me propôs tratamento e eu concordei... essa senhora, da segurança social.). Por outro lado, três participantes (P6, P8, P11) referiram experiências negativas com técnicos, (P6: Não fizeram nada por mim, filho. Mandaram-me por aí buscar papeis e não sei quê, nunca tive nada, mano...).

Tabela 5: Valoração da realidade da rua

Subtemas	Fontes	Referências
Perceção positiva	3	3
Perceção negativa	9	10

Foi possível perceber que a grande maioria dos entrevistados (P1, P2, P3, P4, P6, P7, P8, P12, P13) se manifestou negativamente quanto à valoração da realidade na rua, referindo principalmente questões relacionadas com a falta de segurança, (P13: “Vive-se com receio... principalmente à noite, uma pessoa nunca dorme descansada... tá sempre

com aquela coisa se vem alguém... aliás, há um colega que já lhe partiram os dentes à noite... eu falo por mim, vivo sempre com receio... principalmente à noite...”). No entanto, três participantes foram capazes de identificar aspetos positivos, (P5: “És livre, não tens horários... Já passei por estas realidades, não foi a pedir: trabalhar, ou seja, Diábolo, bolas de sabão, para ganhar algum para ter de comer à noite.... Já sentes que é dinheiro soado, é uma espécie de trabalho.”).

Tabela 6: Identidade incorporada vs. Identidade domiciliada

Subtemas	Fontes	Referências
Incorporada	6	16
Domiciliada	6	16

A partir da tabela 2 é possível perceber que seis dos participantes (P1; P3; P5; P7; P11; P12) parecem incorporar a identidade de sem-abrigo (P5: “tu podes ter uma casa, mas se não tiveres o que comer ou vestir és um sem-abrigo na mesma. Podes ter um quarto onde dormir, mas se vais procurar ajudas continuas sem-abrigo. Eu falo por mim, estou num sítio, mas continuo sem-abrigo porque não é meu...”). Por outro lado, constata-se que outros seis participantes (P2; P4; P6; P8; P10) mantêm/mantinham uma identidade domiciliada, (P4: “Agora estou numa *hostel* de um amigo meu. Ele está a acabar de montar, quando acabar (que é uma questão de dias) tenho de me fazer à vida. (Mas antes disso estavas numa instituição?) Sim. Lá tinhas horários para tomar o pequeno-almoço, o almoço, o jantar...”).

Tabela 7: Autoconceito

Subtemas	Fontes	Referências
Mais positivo	5	12
Mais negativo	3	11

Ao longo da análise das entrevistas foi possível perceber que cinco dos participantes (P1; P2; P3; P5; P9) possuem um olhar mais favorável sobre si, (P1: “não gosto de violência. Gosto que as pessoas se deem todas bem, gosto de ver as pessoas à volta de uma carrinha todas a conversar e a darem-se todas bem... é o meu maior privilégio na pessoa que sou de ser. Considero-me uma pessoa amigo do meu amigo.”). Por outro lado,

três dos participantes (P4; P5; P7) mostraram possuir uma imagem menos favorável de si, (P7: “diferente eu sou. sou um sem abrigo e as pessoas notam isso. isso distinguem-me logo à partida. (Mas acha que já foi tratado de maneira diferente pela sua condição?) sim. por não ter dinheiro por não ter um bom aspeto...”).

Tabela 8: Representação social de sem-abrigo

Subtemas	Fontes	Referências
Exclusão/Discriminação	4	5
Moralização/Criminalização	7	12
Condições físicas e habitacionais	3	3
Reivindicação da humanidade ou individualização	5	7
Aparência repulsiva	3	3
Aspetos circunstanciais vs. Características individuais	2	3

Na tabela verifica-se o posicionamento dos sujeitos face à representação social da pessoa em condição de sem-abrigo, sendo que algumas categorias se reportam a uma maior adesão aos estereótipos associados a esta representação (*moralização/criminalização; condições físicas e habitacionais; aparência repulsiva*), enquanto outros representam um distanciamento e até posicionamento crítico face aos mesmos (*exclusão/discriminação; reivindicação da humanidade ou individualização; aspetos circunstanciais vs. características individuais*). Note-se que um mesmo participante se pode manifestar simultaneamente diferentes perspetivas. O caso do participante 1 ilustra bem este ponto: (P1: “O sem-abrigo para entrar na generalização da sociedade portuguesa, não tem um bocadinho “assim” de entrada. São excluídos da sociedade. Pensam que um gajo sem-abrigo deve ser algum contrabando, algum gatuno... um assassino, mano... as pessoas pensam nisso. Só que é assim, um ser humano tem os seus erros, e o sem-abrigo também tem os seus erros. E na sociedade os sem-abrigo têm celos, ...”). O participante pronunciou-se em relação à discriminação/exclusão, à perspetiva criminalizada que a generalidade das pessoas possui sobre este grupo social, ao mesmo tempo que reivindicou a

humanidade nas pessoas nesta condição.

Relativamente à *exclusão/discriminação*, quatro dos participantes (P1; P5; P9; P11) referem o *sem-abrigo*, como um grupo social discriminado e excluído da sociedade, quer nas relações interpessoais com a generalidade das pessoas, quer de forma mais estrutural, (P1: “O sem-abrigo para entrar na generalização da sociedade portuguesa, não tem um bocadinho “assim” de entrada. São excluídos da sociedade...”); (P9: “O sistema está a discriminar estas pessoas. O sistema é que não está bem feito. Portanto enquanto não melhorarem esse sistema, vai continuar as pessoas a viver na rua.”).

Em relação à dimensão *moralização/criminalização*, sete dos participantes (P2; P3; P4; P6; P7; P8; P10) veem o facto de uma pessoa estar em condição de sem-abrigo como responsabilidade sua, ou então aderindo a uma perspetiva mais criminalizada imputada socialmente a este grupo social, (P6: “imagina, tu vais falar com a PSP e dizem-te que nesse ano foram 5 gajos para a cadeia com homicídio... 3 deles são sem-abrigos, mano... que se embebedam na rua e dão facada um ao outro, compreendes?”); (P8: “muita parte deles não querem estar num quarto, querem dormir na rua e querem ter o dinheiro no bolso, para quê? Para os maus vícios. Prontos, é para drogas para os “álcool’s”, tabaco e cafés e etc.”); (P10: “alguns querem viver na rua porque já estão habituados; não querem ter regras.”);

Os participantes P1, P2 e P3, referem que o que define maioritariamente um sem-abrigo são as suas condições físicas e habitacionais, (P3: “É...uma pessoa que não tem alojamento, não tem alimentação, não tem higiene... necessidades básicas.”).

Cinco participantes (P1, P2, P6, P7 E P11) assumem uma posição de reivindicação da humanidade da pessoa em condição de sem-abrigo e/ou da sua individualidade, (“P6: Já conheci sem-abrigo de tanta maneira.... Pensar em sem-abrigo só, é um gajo sem casa. Mas não podes dizer se é boa ou má pessoa, se já estudou, se teve um azar de vida, se alguém o enganou, se foi vítima ou foi agressor... compreendes?”); (P11: “Sentia-me igual, como no dia de hoje também me sinto igual a eles... não é só naquela altura, eu hoje também me sinto igual a eles! Como me sinto igual a ti, como me sinto igual a outra pessoa... somos pessoas!”);

Relativamente à *aparência repulsiva*, três dos participantes (P2; P3; P5) referem que as pessoas nesta condição de vida podem de algum modo possuir aspetos suscetíveis de provocar repulsa aos outros (P2: “ir às carrinhas a cheirar mal e as pessoas às vezes, não é...”).

Por outro lado, o participante 5 refere que as generalidades das pessoas olham com

“desdém e com nojo” para quem vive na rua, no entanto, afirma que o que ele é não corresponde com essa imagem preconcebida, justificando que as pessoas deveriam “*tentar perceber esta realidade*”.

Em relação à dimensão *aspetos circunstanciais vs. características individuais*, apenas dois participantes (P5; P7) se pronunciaram quanto à condição de sem-abrigo como algo que deriva de um conjunto de circunstâncias, (P5: “Para mim um sem-abrigo não é a pessoa que vive na rua, é alguém que passa por aí, mas é um conjunto de situações: carência familiar, carência monetária, carência de estrutura de vida...”).

Tabela 9: Discriminação

Subtemas	Fontes	Referências
Agente	2	4
Vítima	8	16

Relativamente à discriminação, dois dos participantes possuem uma postura discriminatória relativamente às pessoas que vivem em condição de sem-abrigo, (P13: “eu aproximo-me de qualquer um, falo com qualquer pessoa, seja preto, branco, cor-de-rosa.... (E consegues confiar nos outros?) Depende... estas pessoas aqui na rua não confio... há um ou outro que ainda escapa... não tou a discriminá-los, mas vê-se tanta coisa que não dá para confiar, posso acreditar, mas é sempre aquela coisa... agora se fossem pessoas sem ser da rua dá para confiar.”).

Após a análise das entrevistas foi também possível verificar que existe/existiu discriminação percebida por oito dos participantes (P1, P3, P5, P6, P7, P8, P9, P11), sendo que o participante 7 é aquele que revela maior sofrimento em relação a esta questão, (P7: “é a indiferença... é o olhar a indiferença... o demorar mais tempo a servir.... se vou ao balcão sou quase logo servido, mas se me sentar numa mesa... “espera para ver se o gajo vai embora” ... por vezes sou obrigado a levantar-me ou então “como é não vem aqui servir-me e tal...” é essa a indiferença.”).

Tabela 10: Estratégias de preservação do self

Subtemas	Fontes	Referências
Identificação	3	8
Desidentificação	5	23
Introjeção	3	8
Projeção	3	4
Negação	6	19

Na presente tabela estão apresentadas as estratégias de preservação do *self*, identificadas nas narrativas dos participantes. Note-se que um mesmo indivíduo pode assumir diferentes estratégias em função da circunstância.

Foi possível verificar que três dos participantes (P1; P5; P7) evidenciam mecanismos de *Identificação*. Com a criação desta categoria, pretende-se dar a ideia de que sujeitos se identificam e se reveem naquela *realidade*, não estando relacionado com a representação social associada à condição, (P5: “Podes ter um quarto onde dormir, mas se vais procurar ajudas continuas sem-abrigo. Eu falo por mim, estou num sítio, mas continuo sem-abrigo porque não é meu, alguém está a ajudar, não é conquistado.”).

Constatou-se através das narrativas dos entrevistados, que um dos mecanismos mais presente é de *desidentificação* (P6; P7; P8; P11; P13). Com a criação desta categoria pretende-se dar a ideia de que embora o sujeito de algum modo tenha incorporado a identidade de sem-abrigo, não se identifica com uma parte dos elementos com quem partilha aquela condição ou com a representação social associada, (P6: “já vi gajos da rua a enganar, a roubar, a fazer-se à vida... a arrumar uns carros, ganhavam 30 paus e os 30 paus que ganhavam eram para as drogas para se destruir, compreendes? Não era para pagar quartos ou pagar nada... Eu também não podia estabilizar a minha vida a arrumar carros e essas cenas que as pessoas habituam-se rápido... tipo, não gostas não gostas, mas quando te habituas faz muita diferença.”).

Relativamente a mecanismos de *introjeção*, três participantes (P3; P5; P8) parecem de algum modo assumir/ter assumido como parte de si aspetos socialmente imputados às pessoas em condição de sem-abrigo, (P5: “É assim, eu levei uma educação à moda antiga, sei comer à mesa... era aí que queria chegar, eu penso que sei comer à mesa... acho que há sítios que já não me sei comportar como comportava... manter aquela postura.... Por exemplo: vou a um café mais requintado... já não me identifico com aquelas pessoas. Prefiro

ir a um café mais modesto e brincar com a funcionária...”).

Em relação a mecanismos de *projeção* direcionado aos indivíduos que partilham/partilharam a mesma condição, verificou-se a presença no discurso de três dos entrevistados (P1; P4; P6), (P1: “A dificuldade do sem-abrigo é ele próprio que a faz... porque é preguiçoso. A dificuldade de um preguiçoso é não querer procurar ajuda, porque é rancoroso.”).

A *negação* foi o mecanismo com maior expressão identificado, estando presente na narrativa de seis participantes (P2; P4; P6; P9; P10; P13). Neste tema pode-se verificar que existe de algum modo recusa em aceitar aquela realidade, ou uma dissociação/distanciamento face à representação social imputada à condição de sem-abrigo, (P13: “Diferente não me sinto nada... é igual... eu não sou mais do que ninguém, os outros estão como estão, eu estou como estou não sou mais do que ninguém... Em relação a eles sinto-me igual, sou igual, só que aconteceu isto na vida, de resto é igual... tem uma diferença, eles se calhar estão melhores na vida e eu estou no zero..., mas sinto-me a mesma coisa igual. (Como é que achas que os outros te vêem?) Devem ver como uma pessoa normal...”).

Discussão

As pessoas em condição de sem-abrigo são confrontadas com a necessidade de (re)definir quem são face às suas circunstâncias de vida. Em sentido literal e simbólico existe uma *rutura* com as circunstâncias de vida anteriores e com a sociedade normativa. Neste processo desencadeiam-se esforços para manter uma identidade que sustente um sentido de valor e dignidade e um sentido de continuidade (Snow & Anderson, 1987;1993). Para Snow e Anderson (1987;1993), o tempo de permanência na condição é um elemento relevante neste processo. Este estudo confirma a proposta desses autores relativamente ao fator tempo de permanência na condição de sem-abrigo. Isto é, com o objetivo de reduzir o sofrimento e a desorganização do *self*, as pessoas que estão naquela condição há menos tempo, tendem a distanciar-se das rotinas e estilo de vida associados, enquanto as que estão por períodos mais longos incorporam mais elementos dessas mesmas dimensões. Deste modo, a identidade do sem-abrigo parece ser temporalmente construída, não sendo estática.

Aceitar o papel de sem-abrigo e os aspetos sociais e relacionais que lhe estão associados, é uma questão de sobrevivência (e.g., *streetmartness*). Ou seja, com o objetivo da preservação do *self* durante aquele período difícil, os sujeitos podem incorporar aspetos

da identidade social de sem-abrigo, numa estratégia adaptativa. A possibilidade de adotar essa identidade social, enquanto simultaneamente se mantém um autoconceito globalmente positivo, é um processo que requer tempo e *trabalho* e é visto como um desafio para a sobrevivência identitária. Assim, a reconstrução identitária e a manutenção da coesão do *self*, não são processos que se esgotem na dimensão temporal e numa adoção linear e progressiva de uma identidade de sem-abrigo que substitui a identidade pessoal. A congruência entre a identidade social e a identidade pessoal resulta numa mais fácil aceitação ou acomodação da identidade de sem-abrigo com menor prejuízo para o autoconceito (Parker, 2012). Os casos dos participantes 1 e 5 parecem ilustrar bem esta questão, uma vez que foi possível perceber que mantêm um autoconceito globalmente positivo, apesar de estarem numa situação de sem-abrigo de longo termo. No entanto, a partir dos resultados obtidos também foi possível concluir que a já referida proposta de Osborne (2002) não parece ser linear, visto ser demasiado simplista, uma vez que diferencia dicotomicamente a identidade dos sujeitos em função da duração do período sem-abrigo. Segundo esta proposta a duração de longo termo estaria associada à incorporação e a um prolongamento da condição. Contudo, neste estudo, foi possível identificar um caso em que um indivíduo que revelava uma identidade de sem-abrigo incorporada numa situação de longo termo ultrapassou essa condição distanciando-se por completo daquela identidade social (P3). Este resultado permitirá repensar o pressuposto de que uma identidade incorporada de sem-abrigo boicota a saída da condição. Outra questão que deve refletida é que parece redutor afirmar que um sujeito assume um dos dois tipos de identidade referidos, visto que estas estratégias adaptativas podem coexistir, não sendo por isso excludentes, no entanto uma delas pode predominar em determinada altura. O facto de um indivíduo estar na condição de sem-abrigo a longo termo não significa que este não tenha vontade de sair dessa situação e viver uma vida totalmente integrada na sociedade normativa (Anexo 1), no entanto podem ter acontecido tentativas falhadas nesse processo de reintegração (e.g., experiências negativas em associações de apoio à integração social), o que contribui para a manutenção daquela condição.

Os resultados mostram que a maioria dos sujeitos mencionou boas experiências com aqueles que partilham a mesma condição, alguns dos quais referiram-se às amizades construídas na rua como a principal fonte de suporte (P1, P5, P12), o que está diretamente relacionado com uma maior identificação com a identidade de sem-abrigo, visto que uma forma de alcançar um autoconceito satisfatório e evitar uma autoestima negativa pode ser conseguido através de comparações favoráveis com outros semelhantes (e.g., Osborne *et al*,

1993; Farrington & Robinson. 1999; Riggs & Coyle, 2002). A condição de sem-abrigo não se restringe à carência material, económica e social, de acordo com Bento e Barreto (2002), passa também pelo “*desabrigo afetivo*”, que pode ser o resultado de vinculações inseguras e da ausência de boas relações de objeto. Este tipo de circunstâncias pode levar a consequências ao nível identitário, mais concretamente ao nível do autoconceito. Seguindo essa ideia, os resultados mostram que alguns participantes atribuem às oportunidades de relação e proximidade com os outros e às experiências de afiliação um valor central para o seu autoconceito, referindo, por exemplo, acontecimentos de natureza relacional que os marcaram positivamente (Anexo 1).

Foi possível perceber também em alguns casos a ênfase na importância das relações interpessoais com voluntários, que se constituem como uma fonte de suporte emocional e uma oportunidade de socialização, uma vez que este grupo social está fora da hierarquia dos papéis sociais e, portanto, à margem do que é convencional, das fontes de valor moral e dignidade, algo que a maioria dos cidadãos têm como garantido (Snow & Anderson, 1987). Ainda relativamente a este tema, os resultados confirmam o estudo de Manstead (2018), visto que a construção subjetiva do autoconceito dos participantes gravita muito em torno de dimensões relacionais, que no fundo parecem ser eleitos como critérios mais relevantes para a sua autoidentificação do que aspetos de natureza mais instrumental (e.g., trabalho; aparência; vestuário). Por outro lado, as facetas negativas do autoconceito andam em torno de aspetos do estatuto social subjetivo, associados ao capital financeiro e social ou a ausência dele.

Relativamente ao posicionamento face à representação social de sem-abrigo, a partir dos resultados foi possível perceber que sujeitos que partilham a esta condição podem assumir perspetivas diferentes em relação à *realidade* em que vivem ou viveram, ora aderindo aos estereótipos associados a esta representação, ora manifestando distanciamento e até posicionamento crítico face aos mesmos. Em relação a esta questão, e considerando também a variedade de fatores sociodemográficos, trajetórias de vida, comportamentos e formas de agir e a variabilidade de experiências subjetivas, parece confirmar-se o que Bento e Barreto (2002) defenderam: a população em estudo é bastante heterogénea e cada indivíduo é dotado de uma “*profundidade psicológica*”, que deve ser reconhecida. Ainda a respeito da representação social associada aos sem-abrigo, verificou-se que pelo menos oito dos participantes sofrem ou já sofreram algum tipo de discriminação por parte da sociedade dominante. Uma meta-análise de Pascoe e Richman (2009) concluiu que a

discriminação percebida está associada a uma variedade de consequências negativas para a saúde física e mental, incluindo aumento do sofrimento psicológico e aumento dos sintomas de depressão. Existe estigma social relacionado com a condição de sem-abrigo, sendo imputado aos sujeitos nessa condição atributos pejorativos. E como já referido, ser estigmatizado não passa simplesmente pelo olhar avaliativo do *outro*, os sujeitos estigmatizados podem internalizar esses mesmos atributos, o que influencia negativamente o seu autoconceito (Goffman, 1990). Mesmo querendo distanciar-se dessa representação social, estes podem não ser capazes devido a processos inconscientes de autodiscriminação.

Em relação à questão central desta investigação, verificou-se através do discurso dos participantes estratégias de preservação do *self* e sentido identitário, que passaram por mecanismos de *(des)identificação*, *introjeção*, *projeção* e *negação*, tal como foi inicialmente proposto. Mais ainda, a partir dos resultados foi possível constatar que um mesmo sujeito pode utilizar diferentes mecanismos em função da circunstância. O caso do participante 7 pode ilustrar isso, visto que, durante a sua narrativa verificou-se que este possui uma identidade de sem-abrigo incorporada, em que predominam mecanismos de identificação. Em determinadas circunstâncias refere-se aos sem-abrigo como “nós”, mostrando identificar-se com a *realidade* daquela condição de vida (e.g., necessidades; sentimento de pertença a um grupo social excluído) no entanto, quando abordados outros temas (e.g., quotidiano) manifesta a desidentificação com a forma de estar com grande parte dos elementos daquele grupo social (e.g., prefere andar sozinho), talvez como forma de preservação do sua autoestima e autoconceito. Parece assim existir alguma contradição face à sua condição, o que nos remete para a ideia de que em função da circunstância um mesmo indivíduo pode aproximar-se ou distanciar-se da identidade de sem-abrigo. Ou seja, podem coexistir mecanismos de identificação e de desidentificação em relação a diferentes aspetos daquela condição através de processos de seleção altamente personalizados.

Relativamente à categoria *introjeção*, e tendo o caso do participante 5 como exemplo, é perceptível que o sujeito introjeta de algum modo a perda de competências sociais e de estatuto associadas à sociedade maioritária. No entanto estas dimensões parecem ser internalizadas numa faceta mais benigna da incorporação da identidade de sem-abrigo, permitindo assim manter um sentido de si estável e uma autoestima positiva. Estas questões parecem conduzir a que o sujeito seja capaz de se identificar com maior facilidade com aquela *realidade*, e poderá servir de exemplo o facto de este ser capaz de identificar aspetos positivos na vida na rua, como a liberdade e certos tipos de trabalho de

rua que na literatura aparece mencionado como “*shadow work*”, uma vez que contribui para manter um sentido de integridade e para a auto valorização do indivíduo (e.g., Snow & Anderson, 1993; Dordick 1997; Osborne 2002).

De acordo com os resultados, os mecanismos de projeção estão mais associados a participantes que recusam aquela *realidade* ou então que se distanciam da identidade de sem-abrigo. No entanto também podem estar presentes em sujeitos que tenham uma identidade de sem-abrigo totalmente incorporada (P1), o que nos pode dar uma noção de “ambivalência identitária”, conduzindo novamente à ideia de que um mesmo sujeito pode aproximar-se ou distanciar-se da identidade de sem-abrigo em função da circunstância.

Percebeu-se através das narrativas dos sujeitos que a negação é o mecanismo de preservação do *self* mais frequente, estando logicamente associado a quem está na condição de sem-abrigo por curtos períodos. Esta questão é transversal a toda a literatura analisada. Negar a corrente situação implica uma menor facilidade em identificar-se com as dinâmicas de vida daquela *realidade*, o que pode estar diretamente relacionado com a precocidade na tentativa de sair da condição de sem-abrigo.

Considerações finais: limitações, sugestões e contributo

Durante esta investigação de carácter exploratório surgiram algumas limitações, designadamente o facto de existirem três guiões diferentes, que fez com que não se abordasse da forma pretendida as questões mais pertinentes para o presente estudo. O guião elaborado para a investigação sobre a *preservação do sentido identitário em condição de sem-abrigo* (Anexo 2) não permitiu uma abordagem do modo pretendido, visto que questões relacionadas com o autoconceito não foram devidamente exploradas. Também o eventual viés interpretativo das narrativas dos participantes pode ter influenciado a análise e o tratamento dos dados recolhidos. Ao conduzir as entrevistas foi notória a inexperiência, pois não possibilitou uma maior flexibilidade como é pretendido numa entrevista semiestruturada. Para terminar, constatou-se que o material bibliográfico para além de não ser atual, carece de abordagens distintas.

O principal contributo da presente investigação foi a introdução de uma grelha de leitura à luz de uma perspetiva psicodinâmica, omissa na literatura. Pretende-se também ter contribuído para a melhor compreensão da realidade das pessoas em condição de sem-abrigo, no entanto ainda muito há por explorar, dada a imensidão de variáveis existentes. Para futuras investigações sugere-se estudos longitudinais e de memória autobiográficos com

amostras mais representativas desta população a fim de melhor compreender o que está na gênese e manutenção do seu funcionamento psicológico. Uma vez que não parece indicado fazer uma leitura linear sobre o tempo de permanência como sem-abrigo associado a um tipo de identidade, surge uma questão pertinente: Existem indivíduos que já reúnem características que facilitem a identificação com a dinâmica de vida como sem-abrigo?

Referências Bibliográficas

- Bender, K.; Thompson, S.; McManus, H.; Lantry, J. & Flynn, P. (2007). Capacity for survival: exploring strengths of homeless street youth. *Child Youth Care Forum*, 36: 25-42.
- Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Sem-Amor, Sem-Abrigo*. Lisboa, Clempsi Editores.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3:2, 77-101.
- C. Mounier & E. Andujo, (2003). Defensive functioning of homeless youth in relation to experiences of child maltreatment and cumulative victimization. *Child abuse & Neglect*. 27(10), 1187–1204.
- C. Vázquez & M. Muñoz (2001). Homelessness, mental health, and stressful life events. *International Journal of Mental Health*, 30:3, 6-25..
- Costa, A., B., (1998). *Exclusões Sociais*. Cadernos Democráticos. Gradiva, Publicações Lda.
- Dordick, G. A. (1997). *Something left to lose: Personal relations and survival among New York's homeless*. Philadelphia: Temple University Press.
- European Consensus Conference on Homelessness (2010) *Homelessness and Homeless Policies in Europe: Lessons from Research*, FEATSA, 21-23.
- Farrington, A. & Robinson, W. (1999). Homelessness and strategies of identity maintenance: a participant observation study. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 9: 175-194.
- Fernandes, M. (2006). *Fechados no silêncio: os sem-abrigo* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Aberta, Porto.
- Goffman E. (1990). *Stigma – Notes on the management of spoiled identity*. London: Penguin Books.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2017) Relatório de avaliação da estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo 2009-2015: prevenção, intervenção e acompanhamento, 14-15; 14-17.

Jesus & Menezes, I. (2010) A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 527-535.

Kidd, S & Davidson, L. (2007). “You have to adapt because you have no other choice”: The stories of strength and resilience of 208 homeless youth in New York city and Toronto. *Journal of Community Psychology*, 35, 2: 219-238.

Manstead, A. (2018). The psychology of social class: How socioeconomic status impacts thought, feelings, and behaviour. *British Journal of Social Psychology*, 57, 267–291.

McWilliams, N. (2011). *Psychoanalytic diagnosis: understanding personality structure in the clinical process*. New York: Guilford Press.

Moore, J. (2007). Polarity or integration? Towards a fuller understanding of home and homelessness. *Journal of Architectural and Planning Research*, 24(2): 143-159.

Muñoz, M., Bermejo, M., Vázquez, C., & Vázquez, J. J. (1999). Stressful life events among homeless people: quantity, types, timing, and perceived causality. *Journal of Community Psychology*, 27(1), 73-87.

Osborne R. E. (2002). “I may be homeless, but i’m not helpless”: the costs and benefits of identifying with homelessness. *Self and Identity*, 1: 43- 52.

Osborne, R. E., Karlin, J., Baumann, D. J., Osborne, M., & Nelms, D. (1993). Social comparison and treatment seeking by the homeless. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 2, 20-29.

Parker, J. (2012). *self-concepts of homeless people in an urban letting: processes and consequences of the stigmatized identity*. Dissertação de Doutoramento, College of Arts and Sciences, Georgia State University.

Parsell C. (2010). “Homeless is what i am, not who i am”: Insights from an Inner-City Brisbane Study. *Urban Policy and Research*, Vol. 28, No. 2, 181–194.

Pascoe, E. A., & Smart Richman, L. (2009). Perceived discrimination and health: A metaanalytic review. *Psychological Bulletin*, 135, 531–554.

Quintas, S. (2010). *A percepção dos técnicos e indivíduos “sem-abrigo”: Histórias ocultas de uma realidade do Porto*. [Dissertação de Mestrado]. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Riggs, E. & Coyle, A. (2002). Young people's accounts of homelessness: A case study analysis of psychological well-being and identity. *Counselling Psychology Review*, 17(3):5-15

Roll, C., Toro, P., & Ortola, G. (1999). Characteristics and experiences of homeless adults: A comparison of single men, single women, and women with children. *Journal of Community Psychological*, 27(2), 189-198.

Snow, D. & Anderson, L. (1987). Identity work among the Homeless: the verbal construction and avowal of personal identities. *The American Journal of Sociology*, 92(6): 1336-1371

Snow, D. & Anderson, L. (1993). *Down on their luck: A study of homeless street people*. Los Angeles: University of California Press.

Anexo 1 – Resultados adicionais

Tabela 1: Perdas

Subtemas	Fontes	Referências
Por rutura	5	9
Por morte	5	7

A partir da tabela constata-se que cinco dos participantes (P1; P4; P5; P10; P12) sofreram perdas relacionadas com ruturas relacionais com outros significativos, (P12: “há uma pessoa da minha família que ainda é viva... é a minha mãe... se ela tiver ali deitada no chão que eu não lhe boto a mão! Foi ela que me estragou a vida!”).

Perdas relacionadas com morte de outros significativos são referidas por cinco participantes (P1; P3; P8; P11; P13), (P8: na situação que estou não foi ninguém da família que me deitou fora da porta, eu estava junto com uma moça assim faleceu-me, e eu tinha a minha casa começou-me a correr mal e eu, teve que ir para rua...); (P11: “A minha avó foi a maior perda da minha vida.”).

Tabela 2: Consumos problemáticos

Subtemas	Fontes	Referências
Drogas/Álcool	6	20

Na tabela é possível verificar que para seis dos participantes (P1; P3; P5; P7; P11; P12), a dependência de drogas e/ou álcool assume/assumiu um grande relevo nas suas vidas, (P11: “Comecei a roubar, cada um faz a sua vida como sabe melhor... comecei a roubar para consumir, entrei outra vez na droga...”).

Tabela 3: Momentos/Acontecimentos que marcaram pela positiva

Subtemas	Fontes	Referências
Natureza relacional	6	8
Natureza individual	1	1
Autonomia financeira	4	4
Nascimento de filhos	3	3

A partir da tabela é possível verificar que seis participantes (P1; P2; P3; P4; P11; P13) identificam acontecimentos de natureza relacional como algo que os marcou pela positiva, (P1: “Ali na Mãe Clara, mano. Foi o melhor momento por um dia de Natal receber um presente, que nunca na minha vida sonhava que ia receber uma prenda”.); Apenas um dos participantes menciona um acontecimento de natureza individual, (P5: “O melhor foi há pouco tempo... foi quando me senti curado...”); Outros quatro participantes (P1; P4; P5; P7) identificam como momentos que os marcaram pela positiva a altura das suas vidas em que tinham autonomia financeira (P4: “Quando estava no trabalho do cinema... estava à vontade em termos de dinheiro e não tinha de dar justificações a ninguém.”); Três dos participantes (P5; P10; P11) têm o nascimento dos filhos como acontecimentos marcantes nas suas vidas, (P10: “Foi o nascimento das minhas filhas, isso foi a melhor coisa.”).

Tabela 4: Momentos/Acontecimentos que marcaram pela negativa

Subtemas	Fontes	Referências
Natureza relacional	2	4
Natureza individual	5	6
Conflitos intrafamiliares	1	2
Morte de outros significativos	4	6
Rutina familiar	3	4
Quotidiano na rua	8	15

A partir da tabela verifica-se que dois dos participantes (P2; P4) identificam como negativos acontecimentos de natureza relacional, (P4: “Quando tinha 15 anos andei numa briga na escola, fiquei com uma fratura na cara... isto tudo à frente da minha turma do 9º

ano...”); Outros cinco participantes relatam acontecimentos de natureza individual que os marcaram negativamente, (P11: “Sai da minha terra porque fui preso por causa do tráfico...”); Apenas o participante 10 menciona conflitos intrafamiliares como acontecimentos negativos na sua vida, referindo-se à exposição a violência doméstica perpetrada pelo pai sobre a mãe; Quatro dos participantes (P2; P3; P11; P13) identificam a morte de pessoas próximas como acontecimentos marcantes; Três dos participantes (P1; P2; P3) referem-se a rupturas com elementos da família como momentos negativos; Acontecimentos na dinâmica da rua é a dimensão com mais expressão entre os participantes (P1; P3; P5; P6; P7; P11; P13), no que se refere a algo que os marcou negativamente, (P6: A mim também me custou à brava os primeiros dias na rua, senti-me desorientado, senti-me... claro, muita fraqueza... A tua pessoa vai abaixo. Passa alguém e tu tens de virar a cara para te esconder. Não te dá aquela cena de temer algo, mas tens vergonha, não queres que ninguém te veja na rua, te destrói a autoestima...”).

Tabela 5: Projetos/Desejos

Subtemas	Fontes	Referências
Aspetos em comum	7	10

Foi possível verificar que grande parte dos participantes (P1; P2; P3; P5; P6; P12; P13) se referem a questões relacionadas com possuir uma casa, ter trabalho e constituir família, quando lhes foi questionado acerca dos projetos que têm, ou então o que gostavam que mudasse na sua vida, (P12: “é arranjar uma companheira! Construir família mesmo... é tudo o que eu queria na vida!”).

Anexo 2 - Guião de entrevista | Preservação do sentido identitário na condição de sem-abrigo

Vou começar por lhe colocar algumas questões simples para perceber melhor a sua situação atual...

1. História de vida

- a) Há quanto tempo está/ Quanto tempo esteve nesta situação?
- b) Onde está a morar ou a dormir atualmente?

Com esta entrevista que será no fundo uma conversa, gostávamos de perceber melhor a forma como se vê a si próprio, como se define enquanto pessoa e como isto tem mudado ao longo da sua vida. Somos todos diferentes e temos todas as características que são muito nossas, nalgumas coisas somos parecidos com algumas das pessoas que nos rodeiam – família, amigos, pessoas nas mesmas situações, mas temos também coisas que nos distinguem dos outros. Gostava de saber um pouco mais sobre si – do que me quiser contar, claro - sobre quem é o/a [nome d@ entrevistado], com que é que se identifica como se define e se descreve, aquilo em que se sente parecido com os outros e aquilo em que se sente diferente.

c) Capítulos da Vida

Pense na sua vida como se fosse escrever um livro ou fazer uma novela. Ora, os livros e as novelas têm um índice, com os títulos dos capítulos ou as partes principais da história. Que nome daria a esses capítulos? Algumas pessoas organizam a vida em três capítulos - infância, adolescência, vida adulta -, mas pode criar os capítulos que quiser e dar-lhes os nomes que quiser também... (adjetivos sobre infância, adolescência e vida adulta).

d) Cenas chave na história de vida ou momentos marcantes

Pense agora numa cena chave na sua história de vida, que se destaca por um motivo especial – talvez porque foi um momento especialmente bom ou mau, que @ marcou, que foi importante ou que nunca mais vai esquecer.

- e) Qual a fase da sua vida em que se sentiu melhor com a pessoa que era? E porquê? E aquela em que se sentiu pior?

2. Quotidiano

- a) Descreva-me o dia-a-dia na rua (um dia desde que acorda até que se deita).
- b) Se pudesse escolher o seu dia-a-dia como é que este seria?

3. Identidade

- a) Como se descreve como pessoa? (características pessoais)
- b) Antes de estar nesta situação como se via a si mesmo? Quando se compara com a pessoa que era antes de estar a morar na rua [aqui ajustar à forma como a pessoa descreve a sua situação] sente que continua a ser a mesma pessoa? Ou sente que alguma coisa mudou?
- c) Em que medida acha que quem é, é influenciado pelo facto de estar nesta situação? Podendo haver aspetos que acha que há influência e outros em que não....
- d) Imaginando que esta condição é eliminada, o que mudaria em si e na sua vida, nos seus projetos?

4. Impacto das representações sociais

- e) Para si o que é um sem-abrigo?
- f) Na sua opinião, qual é a imagem que têm de si? E qual é a que têm da generalidade das outras pessoas nesta situação?
- g) O que é que essa imagem dos outros acerca de si e das pessoas na sua situação o/a faz sentir?
- h) Porque é que acha que estas pessoas têm esta imagem? Em que medida é que a imagem que os outros têm de si e das pessoas nesta situação corresponde à imagem que tem de si próprio?

5. Interação social

- a) Fez novas amizades desde que está na rua? Quem são hoje em dia os seus amigos?
- b) Alguns destes amigos partilham a mesma condição de sem-abrigo? Como se relaciona/relacionava com pessoas na mesma situação?
- c) E antigamente, quem eram os seus amigos?
- d) Mantem/mantinha contactos com as pessoas com quem se relacionava antes de estar na rua? Com amigo? E com familiares? Como é/era a relação?
- e) Qual é a importância de cada uma destas pessoas?
- f) Em que medida se identifica com as pessoas com quem convive actualmente?

g) Sente-se mais diferente ou mais semelhante das pessoas com quem convive? E das restantes pessoas?

h) Recorre/recorria a algum tipo de apoio social? Como se relaciona/relacionava com os técnicos destes serviços? Como é a sua relação com os voluntários das equipas de rua (“carrinhas”)?

Vou agora fazer-lhe algumas questões sobre questões mais práticas da sua vida... para perceber melhor como é o seu dia-a-dia...

6. Perceção sobre a realidade da rua

a) Quais as maiores dificuldades que sentem no seu dia-a-dia?

b) Existem aspetos positivos da vida na rua? Quais?

7. Estratégias de sobrevivência

Como faz/fazia para:

a) Se alimentar?

b) Para obter abrigo?

c) Para obter roupa?

d) Conseguir hábitos de higiene?

e) Conseguir dinheiro?

f) Quando precisa de cuidados de saúde?

8. Caracterização sociodemográfica dos participantes

a) Sexo e Idade (pode obter-se logo no início)

b) Estado Civil

c) Nacionalidade

d) Escolaridade

e) Nº de Filhos

f) Profissão e Condição atual profissional

g) Condição económica atual: recebe algum apoio financeiro do estado/subsídio, outros?